

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. – NUCLEP

COMPANHIA FECHADA

CNPJ N.º 42.515.882/0001-78

NIRE N.º 33300115765

CONSELHO FISCAL

ATA DA 311ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1. DATA, HORA E LOCAL:

Reunião realizada no dia 31 de julho de 2026, às 09:00 horas, na sala de reuniões da Presidência, na Sede da Nuclebrás Equipamentos Pesados – S.A. - NUCLEP, situada na Av. das Américas n.º 3.500, Bloco 01, sala 613, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ.

2. PRESENÇA:

Participaram da reunião todos os membros do Conselho Fiscal da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, sendo todos comunicados e convocados previamente

3. MESA:

Conselheira representante do Tesouro Nacional: Isabel Terra Siebra de Sousa (presencial)
Conselheira representante do Ministério de Minas e Energia: Hemeline Lúcia Camata Soares (videoconferência)
Conselheira representante do Ministério de Minas e Energia: Isadora Santiago Rodrigues (presencial)
Secretária da Reunião: Nathalia Horta (presencial)

4. CONVIDADOS PRESENTES NA SEDE DA NUCLEP:

Diretor Comercial: Nicola Mirto Neto
Gerente-Geral de Compras e Serviços: Caetano Monte Alto
Gerente de Compras e Serviços: Nivea Bertão
Gerente de Administração de Materiais: Wladimir Santos
Gerente de Inteligência Competitiva: Tatiane Oliveira
Assessora de Integridade: Ana Paula Balthazar
Advogada: Larissa Martins

5. ABERTURA:

A Presidente em exercício do Conselho Fiscal da NUCLEP declarou aberta a 311ª Reunião Ordinária, com o quórum requerido pelos normativos legais, de acordo com as atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia.

6. ORDEM DO DIA:

- I. Fiscalização dos Atos de Gestão
- II. Acompanhamento quanto ao atendimento das metas dos resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégica de longo prazo – 1º trimestre de 2025

- III. Informações relativas a pessoal
- IV. Compras e serviços – 2º trimestre de 2026
- V. Relatório da Comissão de Ética - 2025
- VI. Relatório de Integridade – 2º trimestre de 2026
- VII. Regimentos e Políticas

7. DELIBERAÇÕES ADOTADAS:

I - Fiscalização dos Atos de Gestão – Foram submetidas à apreciação do Colegiado as atas da 205ª e da 206ª Reuniões do Conselho de Administração, da 193ª Reunião do Comitê de Auditoria e da 808ª e da 809ª Reuniões da Diretoria Executiva. Não houve apontamentos ou questionamentos por parte das Conselheiras.

II - Acompanhamento quanto ao atendimento das metas dos resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégica de longo prazo – 1º trimestre de 2026 – Foram convidados a participar da reunião o Diretor Comercial, Sr. Nicola Mirto Neto, e a Gerente de Inteligência Competitiva, Sra. Tatiane Oliveira, que apresentaram o Relatório de Acompanhamento das Ações Estratégicas de 2026, referente ao 1º trimestre, destacando o avanço das ações vinculadas aos objetivos estratégicos da Companhia. No período, 26 oportunidades avançaram para a etapa de orçamento, das quais 17 foram convertidas em propostas, correspondendo a 65,4%. Quanto ao objetivo de redução da dependência do Tesouro Nacional e de sustentabilidade econômico-financeira, o faturamento alcançou R\$ 12.228.066,40, equivalente a aproximadamente 14% da meta anual de R\$ 90 milhões. A Presidente Isabel destacou a importância de a Companhia revisar suas metas, em especial aquelas relacionadas ao Objetivo 2, “Reduzir a dependência do Tesouro Nacional”, para o novo exercício, de modo que sejam compatíveis com a situação atual da Companhia e com sua capacidade efetiva de atingimento. Ressaltou, ainda, que as metas estabelecidas devem ser realistas e factíveis, considerando as condições e os recursos disponíveis para seu cumprimento. Por fim, questionou a meta anual de faturamento, estabelecida em R\$ 90 milhões, considerando que, no 1º trimestre, o faturamento foi de R\$ 12.228.066,40, indagando se é habitual que o faturamento seja menor no início do ano, uma vez que, mantida essa proporção, a Companhia não alcançaria a meta estabelecida. A Sra. Tatiane Oliveira esclareceu que sim, pois o movimento é mais lento no início do ano, sendo esse um cenário habitual e não específico de 2026. No âmbito da ampliação da participação no mercado, foram apresentadas 17 propostas, com concentração no segmento de Óleo e Gás, tendo sido registrada uma venda no trimestre. Em relação ao desenvolvimento de mão de obra local, foram treinadas 32 pessoas, representando 47,5% da meta anual estabelecida. Não houve outros apontamentos ou questionamentos por parte das Conselheiras.

III - Informações relativas a pessoal – Foram apresentadas ao Conselho Fiscal as informações relativas a pessoal, contemplando a evolução do quadro de empregados, admissões, desligamentos, transferências, despesas com folha de pagamento e horas extras, bem como informações referentes às despesas com viagens. Em junho de 2026, a NUCLEP contava com 700 empregados efetivos, frente a 712 em dezembro de 2025, tendo sido registradas, no primeiro semestre de 2026, 8 admissões e 20 desligamentos entre os empregados efetivos. Considerando aprendizes e praticantes, o quadro total alcançou 754 pessoas, com 42 admissões e 43 desligamentos no período. Foi informado, ainda, que a Companhia possui 936 vagas autorizadas pela SEST. Quanto às despesas de pessoal, foram apresentados os valores mensais de folha bruta, encargos e horas extras referentes aos exercícios de 2024 e 2025, destacando-se que as variações observadas em determinados meses decorrem do aumento das horas extras realizadas, as quais são solicitadas e justificadas pelas Gerências Gerais e aprovadas pelas respectivas Diretorias. Também foram apresentadas as despesas de viagens relativas ao Contrato CS-034/2025, cujo valor total é de R\$ 3.486.252,64. No período demonstrado, foram gastos R\$ 1.253.895,16, sendo R\$ 617.477,80 relativos às atividades administrativas e R\$ 636.417,36 às atividades operacionais, restando saldo contratual de R\$ 2.232.357,48. A Presidente Isabel solicitou esclarecimento a respeito das informações apresentadas pelo setor de viagens, uma vez que a tabela com as despesas de passagens e hospedagens explicita os gastos apenas até o mês de abril (com defasagem, portanto), contém linha referente a aditivo de 25%, mas o gráfico demonstra que o

percentual do valor/saldo utilizado foi de apenas 36%, não restando claro, por conseguinte, o motivo do eventual aditivo. Não houve outros apontamentos ou questionamentos por parte das Conselheiras.

IV - Compras e serviços – 2º trimestre de 2026 – Foi convidada a participar da reunião o Gerente-Geral de Compras e Serviços, Sr. Caetano Monte Alto, a Gerente de Compras, Sra. Nivea Bertão, e o Gerente de Administração de Materiais, Sr. Wladimir Santos, que apresentaram o Relatório de Aquisições referente ao 2º trimestre de 2026, contemplando a estrutura e o fluxo dos processos de aquisição, bem como os resultados das licitações, contratos e compras diretas realizadas no período. No trimestre, foram registrados 13 processos de licitações e contratos, no montante de R\$ 3.613.918,37; 72 processos de dispensa, totalizando R\$ 916.147,99; e 23 processos de inexigibilidade, no valor de R\$ 1.858.656,85. Também foram apresentados os indicadores, que, nas licitações e contratos, alcançaram 7% em abril, 17% em maio e 7% em junho, superiores à meta de 5%, enquanto nas compras diretas os índices foram de 16%, 13% e 14%, respectivamente, frente à meta de 10%. Não houve apontamentos ou questionamentos por parte das Conselheiras.

V – Relatório da Comissão de Ética - 2025 - Foi convidada a participar da reunião a advogada e Conselheira da Comissão de Ética da NUCLEP, Sra. Larissa Martins, para apresentar o relatório da referida Comissão, referente ao exercício de 2025. Destacou-se que a atuação da Comissão esteve pautada nos eixos de funcionamento, boas práticas, transparência e treinamento. No período, foram recebidas 7 denúncias, em comparação com 3 em 2024, não tendo sido registrados processos de apuração ética ou aplicação de censuras éticas. Entre as principais ações realizadas, destacaram-se a reorganização dos fluxos de trabalho, a adequação à Resolução nº 21/2025, a participação em fóruns e colegiados, bem como a implementação de ações relacionadas à prevenção e ao enfrentamento do assédio e da discriminação. Também foram realizadas campanhas internas de conscientização, como “Ética em Gotas” e “Minuto da Ética”. Por fim, foi informado que, em razão das restrições orçamentárias, não foi possível realizar, em 2025, os treinamentos presenciais sobre o Código de Ética e Assédio destinados aos colaboradores. Para 2026, estão previstas a continuidade das ações e a adequação dos processos ao Modelo de Maturidade da Gestão da Ética Pública – MMGE. Não houve outros apontamentos ou questionamentos por parte das Conselheiras.

VI – Relatório de Integridade – 2º trimestre de 2026 – Foi convidada a participar da reunião a Assessora de Integridade, Sra. Ana Paula Balthazar, que apresentou o Relatório de Integridade referente ao 2º trimestre de 2026, contemplando as principais ações desenvolvidas no período. Dentre os destaques, foi informada a conclusão da revisão da minuta do novo Regimento Interno da Assessoria de Integridade, encaminhada à Gerência Geral Jurídica para emissão de parecer e posterior prosseguimento do fluxo de aprovação. Também foi destacada a elaboração da Manifestação Anual de Integridade, referente ao exercício de 2025, em atendimento à Resolução CGPAR nº 52/2024 e à Portaria SEST/MGI nº 11.208/2025, bem como a realização de campanhas educativas sobre ética, integridade, conformidade e boas práticas de governança. Por fim, foram apresentados os resultados do projeto “Integridade em Movimento”, que alcançou 143 colaboradores, distribuídos em 12 setores, com a realização de 14 encontros, correspondendo a uma cobertura de 17,3% do quadro funcional. O Conselho Fiscal tomou conhecimento das ações e informações apresentadas. Sem apontamentos ou questionamentos por parte das Conselheiras.

VII - Regimentos e Políticas – Foi disponibilizada para análise a proposta de revisão do Regimento Interno do Conselho Fiscal, para conhecimento e análise das Conselheiras, visando à atualização e ao aprimoramento das disposições que disciplinam o funcionamento e as atribuições do Colegiado. A Presidente Isabel solicitou a revisão dos artigos 11 e 16 do Regimento Interno, que indicam a preferência pelo comparecimento presencial às reuniões do Conselho, exigindo-se justificativa para a participação excepcional por tele ou videoconferência, apenas em caráter excepcional. A referida Conselheira argumentou que, desde a pandemia, a realização de reuniões remotas ou híbridas passou a ser amplamente adotada, sem prejuízo às discussões e ao devido encaminhamento das matérias. Destacou, ainda, que o comparecimento presencial gera custos para a NUCLEP, sobretudo em razão da emissão de passagens sem a antecedência necessária, e questionou a quem competiria avaliar e cobrar a justificativa dos Conselheiros para a participação remota em caráter

excepcional. Diante disso, defendeu a manutenção do formato atual de reuniões, que, sob seu ponto de vista, atende plenamente às necessidades do Conselho Fiscal e ao devido cumprimento de suas competências legais e estatutárias. As demais Conselheiras concordaram com a ponderação da Presidente e a Assessoria de Governança se comprometeu a verificar as possibilidades de adequação do texto, uma vez que a redação apresentada ao Conselho é a que consta no Estatuto da Companhia.

Finalizadas as deliberações, restou acordado que a próxima reunião - 312ª RCF - será realizada em **31/08/2026, às 09h00**.

Nada mais havendo a ser tratado para esta data, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinadas.

Isadora Santiago Rodrigues
Conselheira

Isabel Terra Siebra de Sousa
Presidente

Hemeline Lúcia C. Soares
Conselheira

Nathalia Horta
Líder de Equipe de Desenvolvimento da Governança
Secretária da Reunião

Esta é a última página da Ata da 311ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da NUCLEP.